

Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018

[Handwritten signatures and initials]
Argetice
Rgs

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SESIMBRA, Instituição Particular de Solidariedade Social, Pessoa Colectiva n. 501068040 com sede social na Avenida da Liberdade, n. 38 - 2970-635 SESIMBRA em Sesimbra.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Entidade opera.

Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de *Irmãos*, nos termos Estatutários e da legislação em vigor em Portugal.

2. REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. O referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras foi o da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), a saber:

- a) DL 36-A/2011 e DL 98/2015: Base para a apresentação das Demonstrações Financeiras;
- b) Portaria 220/2015: Modelos de Demonstrações Financeiras;
- c) Portaria 218/2015: Código de Contas;
- d) Aviso 8259/2015: Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e respetivas Normas Interpretativas

2.2. Não foi derogada qualquer disposição da normalização contabilística para as ESNL que afete a imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da instituição.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

(a) Rédito

As Prestações de Serviços são reconhecidas a afectar os resultados operacionais do período a que diz respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como rédito de juros, afectando a parte financeira dos resultados correntes, também em base de acréscimo.

A Instituição reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas geradas são registadas na rubrica de diferimentos.

(b) Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do activo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo. A Instituição não tem locações operacionais.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transacção e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os activos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

(c) Custos de empréstimos obtidos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo.

(d) Subsídios públicos

A Entidade, nos períodos de relato em causa, não beneficiou de subsídios estatais à aquisição de activos fixos tangíveis. Apenas auferiu de subsídios à contratação de pessoal, os quais foram reconhecidos, em regime de acréscimo, ao ritmo dos gastos de pessoal subsidiados e subsídios da segurança social.

(e) Benefícios dos empregados

A Entidade não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.



(f) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não há situações de perdas de imparidade de Activos Fixos Tangíveis.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	3 a 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

(g) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

(h) Créditos a receber e outros ativos correntes

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de Créditos a receber e outros ativos correntes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não

será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

(i) Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efectivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10.

(j) Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2. Juízos de valor

Na preparação das Demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pela Mesa Administrativa situações que coloquem em causa a continuidade da Instituição.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afectam os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os activos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspectos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efectuadas.

4. SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Vendas de bens	0.00	0.00
Prestações de serviços	939.678,27	869.657.48
	<hr/>	<hr/>
	939.678,27	869.657.48
	<hr/>	<hr/>

Respeita essencialmente a mensalidades cobradas pelos Lares, ATL, Apoio domiciliário e Centro de dia.

5. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Contas	Fornecimentos Serviços Externos	31/12/2017	31/12/2018	Variação %
62	Fornecimentos Serviços Externos	614.224,97	616.068,29	0,30%
621	Subcontratos			
6221	Trabalhos Especializados	284.053,38	259.398,27	-8,68%
6222	Publicidade e Propaganda	1.045,74	456,15	-56,38%
6223	Vigilância e Segurança	2.228,43	1.844,80	-17,22%
6224	Honorários	8.856,00	8.856,00	0,00%
6225	Comissões			
6226	Conservação e Reparação	54.200,46	30.626,67	-43,49%
6227	Serviços bancários	1.133,79	772,88	-31,83%
6228	Outros serviços especializados	69.188,96	108.300,59	56,53%
62301	Ferramentas e Utensílios	6.476,72	6.979,36	7,76%
62302	Livros e documentação técnica	603,48	78,03	-87,07%
62303	Material de Escritório	7.329,65	5.671,20	-22,63%
62304	Artigos p/ oferta	1.187,45	694,61	-41,50%
62305	Jornais e revistas	904,00	975,90	7,95%
6238	Outros			
6241	Electricidade	54.312,42	59.415,56	9,40%
6242	Combustíveis	20.087,51	25.065,74	24,78%
6243	Água	6.947,94	7.055,39	1,55%
6244	Água e electricidade condominio			
6248	Outras energias e fluidos	17.387,50	17.287,62	-0,57%
6251	Deslocações e Estadas	5.751,52	4.731,12	-17,74%
6252	Transporte de pessoal			
6253	Transporte de mercadorias			
6254	Refeições documentadas	820,80	746,35	-9,07%
6261	Rendas e alugueres	28.699,46	27.333,88	-4,76%
6262	Comunicação	14.470,05	15.013,89	3,76%
6263	Seguros	7.833,22	13.480,32	72,09%
6264	Royalties			
6265	Contencioso e notariado	1.247,20	1.264,36	1,38%
6266	Despesas de representação			
6267	Limpeza, higiene e conforto	18.880,38	19.629,78	3,97%
6299	Outros serviços	578,91	389,82	-32,66%

#

 Cláudio

 André

 A. T. P.

6. GASTOS COM O PESSOAL

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	1.080.533,62	944.286,36
Encargos sobre remunerações	207.511,99	194.208,19
Gastos de Acção Social	645,00	20.332,50
Outros gastos com pessoal	13.699,64	18.883,74
	<u>1.302.390,25</u>	<u>1.161.225,56</u>

O número de empregados da entidade no período findo em 31 Dezembro.2017 foi de:

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Número de empregados no fim do período	124	106

[Handwritten signatures and initials]

7. OUTROS RENDIMENTOS

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Outros rendimentos suplementares	197.271.44	186,570.23
Outros não especificados	158.996.05	165,230.90
	<u>356.267.49</u>	<u>351.801.13</u>

Respeitam essencialmente a rendas e donativos.

8. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Juros suportados de outros empréstimos obtidos	0.00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	1.846.58	2,715.48
	<u>1.846.58</u>	<u>2,715.48</u>

9. ACTIVO FIXO TANGÍVEL

			EQUIPAMENTOS				
	TERRENOS	EDIFICIOS	BASICO	TRANSPORTES	ADMNISTRATIVO	OUTROS	TOTAL
Quantia inicial escriturada	302,044.96	3,928,576.39	327,045.44	154,191.39	188,382.93	194,345.09	5,094,586.20
Depreciações Acum.Iniciais	0.00	-3,216,264.34	-312,128.50	-140,894.08	-178,124.84	-194,345.09	-4,041,756.85
ADIÇÕES	302,044.96	712,312.05	14,916.94	13,297.31	10,258.09	0.00	1,052,829.35
Outras	1,059,550.00		13,648.60				1,073,198.60
TOTAL ADIÇÕES	1,059,550.00		13,648.60				1,073,198.60
Depreciações	0.00	-19,104.99	-2,898.02	-6,493.52	-3,996.06	0.00	-32,492.59
TOTAL DIMINUIÇÕES	0.00	-19,104.99	-2,898.02	-6,493.52	-3,996.06	0.00	-32,492.59
QUANTIA Líquida FINAL	1,361,594.96	693,207.06	25,667.42	6,803.79	6,262.03		2,093,535.36

10. CREDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de clientes apresentava as seguintes quantias:

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
Utentes c/c	168.473.69	158,626.11
Utentes - Cobrança Duvidosa	63.040.23	67,950.23
Perdas de Imparidade	-63.040.23	-67,950.23
	<u>168.473.69</u>	<u>158.626.11</u>

Handwritten signatures and initials:
- Top right: A large signature and the initials "SJS".
- Middle right: The initials "DAS" and "P4".
- Below "DAS P4": A signature and the initials "ai".
- Further down: The initials "JCS".
- Bottom right: A signature and the initials "RS".

11. DIFERIMENTOS

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
Rendimentos a reconhecer	15.819.57	46,943.49
Gastos a reconhecer	3.061.25	5.194.05

12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
Caixa	2.930.96	15,056.46
Depósitos Bancários	65.474.03	114,452.84
Outros depósitos bancários	10,000.00	119,000.00
	<u>78.404.99</u>	<u>249.209.30</u>

13. FUNDOS PATRIMONIAIS

Conta	Fundos Patrimoniais	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51	Fundos	316.253,29			316.253,29
56	Resultados Trans.	570.730,02	76.899,54		647.629,56
59	Out.var.fundos patrim	205.160,42	1.059.550,00	3.885,96	1.260.824,46
81	Resultado Líquido	8.366,62	-20.028,69	8.366,62	-20.028,69

Na conta de Resultados Transitados, houve um aumento relativo ao resultado líquido de 2017, no valor de 8.366.62 € e à regularização de um saldo muito antigo do Instituto de Emprego e Formação Profissional, no valor de 68.532.92 €.

Na conta de "Outras Variações nos Fundos" houve um aumento relativo à doação de um terreno, no valor de 1.059.550 € e a diminuição refere-se à amortização anual dos edifícios doados e do subsídio.

Pretende-se construir um equipamento social no terreno que foi doado e já foi solicitada informação à Camara Municipal de Sesimbra que neste momento procede à revisão do Plano Director Municipal.

14. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica fornecedores apresentava as seguintes quantias:

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez_2017</u>
Fornecedores Gerais	222.407.82	142,519.56
	<u>222.407.82</u>	<u>142,519.56</u>

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias:

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	5.016.88	4,342.41
Imposto sobre o Valor Acrescentado	7.840.57	-12,833.30
Contribuições para a Segurança Social	-25.855.88	-23,077.37

16. OUTROS ATIVOS CORRENTES

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez_2017</u>
Pessoal	311.08	
Outras contas a receber	68.177.13	49.209.47
Adiantamento de fornecedores		4.466.74
	<u>68.488.21</u>	<u>53.676.21</u>

Os outros ativos correntes correspondem, essencialmente, aos acréscimos de rendimentos, nomeadamente ao donativo da ITAU, ao reembolso do IVA da alimentação, ao subsídio da Camara Municipal de Sesimbra referente aos parqueamentos e ao acréscimo das rendas do arquiteto Paulo.

17. SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Do Sector Público	733.223.71	742,689.02

18. REVERSÕES

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Em Utentes	6,891.54	6,924.55

Handwritten signatures and initials:
- Top left: A signature that appears to be "Diana".
- Top right: A signature that appears to be "C. B.". Below it, the letter "si".
- Middle right: A signature that appears to be "A. S.". Below it, the letter "G".

19. IMPARIDADES DAS DIVIDAS A RECEBER

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Em Utentes	1.981.54	2.448.05

20. OUTROS GASTOS

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Impostos Indirectos	687.25	514.12
Correcções de Exercícios Anteriores	35.623.61	50,116.91
Quotizações	1,020.00	1,220.00
Donativos e ofertas	26.570.16	
Outros	<u>525.00</u>	<u>8,232.50</u>
	36.310.86	60.083.53

21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Juros e Rendimentos. Obtidos	1.293.19	4.974.13

22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Outras Contas a Pagar	126.123.56	179.002.25

Os outros passivos correntes correspondem essencialmente ao acréscimo de férias e subsídio de férias.

23. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Financiamentos Obtidos	98.192.62	132.388.73

Dos financiamentos obtidos 44.063.28 respeitam a locações financeiras e o restante a um empréstimo bancário na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

24. CUSTO DAS MATERIAS CONSUMIDAS

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
Existências Iniciais	4.481.19	6.389.07
Compras	66.147.38	80.129.05
Existências Finais	4.336.09	4.481.49
	66.292.78	82.036.63

Houve uma diminuição das compras por contrapartida do aumento da Prestação de Serviços de catering.

25. INVESTIMENTOS EM CURSO

Investimentos em curso	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates e Abates	Saldo Final
Investimentos em curso					
Inv. Financeiros em curso	0,00				0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00				0,00
Activos fixos tangíveis em curso	129.513,76	155.653,84			285.167,60
Activos intangíveis em curso	0,00				0,00
Adiantamentos por conta de investimentos	0,00				0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00				0,00
	0,00				0,00
Total	129.513,76	155.653,84	0,00	0,00	285.167,60

26. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Não há litígios contra a Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra que importem em responsabilidades e que devam constar nas demonstrações financeiras ou ser objeto de divulgação no Anexo.

Existem provisões de IRC constituídas em 2016 e 2017, no valor de 12.213 €, que correspondem a doações de edifícios feitas à Misericórdia.

Nota: As notas que não constam deste anexo não se aplicam a esta Instituição.

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature: N. ...]

[Handwritten signature: ...]

[Handwritten signature: ...]